

Estudantes com três ou mais negativas no 1.º período terão apoio suplementar

As escolas do ensino básico (até ao 9.º ano) vão ter de preparar planos de recuperação para os alunos que tenham uma taxa de insucesso significativa. Esta intervenção é dirigida tanto aos estudantes com desempenhos inaceitáveis (três ou mais negativas) no final de cada período, como aos que venham a reprovarem o ano - sendo que no caso dos primeiros, segundo disse ao DN o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, a medida tem de ser implementada "até ao Natal", de forma a produzir efeitos ainda este ano lectivo.

Em ambos os casos, os planos de recuperação passam por uma série de actividades, como períodos lectivos suplementares às disciplinas em que o aproveitamento é negativo, aulas de organização do estudo e de métodos de trabalho. O secretário de Estado garantiu ainda ao DN que, "quando se verifique essa necessidade", serão também chamados a intervir os serviços de Psicologia e de Orientação escolar (SPO) dos agrupamentos escolares.

A frequência destas actividades será "obrigatória", cabendo aos professores definir o tempo e o grau de acompanhamento caso a caso "Naturalmente, um aluno que no segundo período consiga recuperar e não tenha negativas poderá deixar de ser abrangido", explicou Valter Lemos. A intervenção junto dos alunos que "eventualmente reprovem o ano" vai decorrer nos mesmos moldes, a partir de 2006/2007.

Estas medidas constam de um despacho normativo que o secretário de Estado pretende publicar até ao final do mês, onde também está contemplado "um terceiro grupo" de estudantes, inadaptados ao percurso normal escolar, que serão encaminhados para as alternativas de formação ao ensino básico com equivalência ao 9.º ano, como os cursos técnico-profissionais, cuja oferta o ministério pretende "continuar a aumentar".

bom acolhimento. A iniciativa do ME foi recebida com "optimismo" por Albino Almeida, presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap). " Este não é um tema novo", considerou. "O que há de verdadeiramente novo é o Governo dizer que isto é para ser feito. É o reconhecimento do direito do aluno a ter várias oportunidades de sucesso", considerou.

Os sindicatos de professores também elogiaram, na globalidade, a medida. No entanto, apesar de concordar com a necessidade de uma intervenção nesta área, Maria Reina Martins, da Associação Sindical dos Professores Licenciados (ASPL) confessou ao DN temer que tudo não passe de "um processo de boas intenções", criticando o momento escolhido para este anúncio, já com as aulas em curso "Como se fará agora a gestão dos espaços temporais e a integração dos

horários dos alunos e dos professores? ", questionou.

Valter Lemos defendeu o momento escolhido, considerando "ofensiva para as escolas" a "desconfiança" de que estas não tenham capacidade organizativa para avançar com o plano definido. "Em algumas escolas isto já é prática corrente", recordou. "Obviamente que as instituições serão capazes de fazer o trabalho. Obviamente que não será logo perfeito. Mas isto é o normal em qualquer processo que começa."

DN -12.10.05